

# INTRODUÇÃO À MITOLOGIA

## Coleção **FILOSOFIA EM QUESTÃO**

- *Pensamento ético contemporâneo*, Jacqueline Russ
- *Pitágoras e os pitagóricos*, Jean-François Mattéi
- *Pensar com Emmanuel Levinas*, Benedito E. Leite Cintra
- *Nietzsche – Viver intensamente, tornar-se o que se é*, Mauro Araujo de Sousa
- *Nietzsche: Para uma crítica à ciência*, Mauro Araujo de Sousa
- *Introdução a Ricoeur*, Domenico Jervolino
- *O sofrimento como redenção de si – Doença e vida nas filosofias de Nietzsche e Pascal*, Thiago Calçado
- *A pobreza e a graça – Experiência de Deus em meio ao sofrimento em Simone Weil*, Alexandre Andrade Martins
- *Introdução à mitologia*, José Benedito de Almeida Júnior

JOSÉ BENEDITO DE ALMEIDA JÚNIOR

# INTRODUÇÃO À MITOLOGIA



Direção editorial: *Claudio Avelino dos Santos*  
Assistente editorial: *Jacqueline Mendes Fontes*  
Revisão: *Tarsila Doná*  
*Iorlando Rodrigues Fernandes*  
*Mario Roberto de M. Martins*  
Diagramação: *Dirlene França Nobre da Silva*  
Capa: *Marcelo Campanhã*  
Impressão e acabamento: PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Almeida Júnior, José Benedito de  
Introdução à mitologia / José Benedito de Almeida Júnior. -- São Paulo : Paulus,  
2014. -- (Coleção Filosofia em questão)

ISBN 978-85-349-4011-5

1. Mito - História 2. Mitologia - História I. Título. II. Série.

14-09578

CDD-291.1309

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Mitologia : História 291.1309

1ª edição, 2014

© PAULUS – 2014  
Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 São Paulo (Brasil)  
Fax (11) 5579-3627 • Tel. (11) 5087-3700  
www.paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-4011-5

# INTRODUÇÃO

## Enuma Elish (Épico da criação acadiano)

*Quando os céus acima ainda não tinham nome  
Nem a terra abaixo era pronunciada pelo nome.  
E havia apenas dois deuses: Apsu, as águas primor-  
diais abaixo da terra,  
E Tiamat, a personificação do mar.  
Eles originaram quatro gerações de deuses.*

## Egito

*Antes dos deuses passarem a existir, havia apenas um abismo escuro e aquoso chamado Num, que continha em potencial todas as coisas. O espírito criador estava presente nas águas de Num. A terra saiu do ventre de Num, e nela pôde surgir o primeiro deus (o pássaro Benu – garça ou fênix). Do suor dele nasceram os deuses, e de suas lágrimas, os homens.*

## Bíblia

*No princípio, Deus criou o céu e a terra. Ora, a terra estava vazia e vaga, as trevas cobriam o abismo, e um sopro de Deus agitava a superfície das águas. (Gênesis 1,1-2)*

## Mali (povo Dogon)

*A criação do mundo começou com uma deusa chamada Amma, um ovo que é a semente do cosmo. Ela vibrou sete vezes, então se abriu e revelou um espírito criador, Nommo. Esse caiu na terra e foi acompanhado por uma gêmea e mais quatro pares de Nommos que criaram céu e terra, dia e noite, as estações do ano e a humanidade.*

## Pima (índios do atual Estado do Arizona, EUA)

*No início havia apenas a escuridão por toda parte – escuridão e água. E a escuridão se reuniu e se tornou espessa em alguns lugares, acumulando-se e então separando-se, acumulando e separando...*

## Mitologia Iorubá

*Bem no princípio, durante a criação do universo, Olofin-Olodumaré reuniu os sábios do Orum Para que o ajudassem no surgimento da vida E no nascimento dos povos sobre a face da Terra.*

Como compreender os elementos comuns diante da diversidade tão grande dessas narrativas? Os mitos sempre chamam a atenção, porque suas histórias são repletas de elementos inusitados: guerras titânicas, deuses com sentimentos humanos, criação fantástica do homem e do mundo, lugares sagrados repletos de mistérios. Explicações sobre o surgimento de uma planta, de uma prática social, dos ciclos de nascimento, amadurecimento e morte.

Ora, como o leitor pode se orientar em meio a narrativas tão fantásticas e, algumas vezes, tão estranhas à nossa realidade? Como orientar-se sobre as diversas correntes de interpretação do fenômeno conhecido como “mito”? Quais debates travam entre si? Os nomes consagrados desse campo de estudo são conhecidos. Por isso, pretendemos oferecer, com este livro, um guia de estudos, apresentando as concepções de alguns dos principais estudiosos do mito e da mitologia.

Esta obra também servirá para aqueles que queiram estudar um fenômeno cultural específico (por exemplo, o mito da criação Maia), indo além da reprodução das narrativas, mas podendo fazer, também, estudos comparativos entre este mito e outros semelhantes.

## **Cultura, religião e mito**

Pode-se dizer, de modo geral, que até o século XVIII o termo “cultura” era reservado, principalmente, para as atividades agrárias. Não é sem razão que todos entendiam muito bem a expressão de Rousseau: “Amanham-se as plantas pela *cultura*, e os homens pela *educação*” (ROUSSEAU, 1992, p. 10). Quando um autor queria descrever as concepções e os hábitos de um povo, usava os termos “modos, usos e costumes”. A partir do século XIX, o termo *cultura* passa a ser utilizado como nós fazemos hoje: o modo como uma sociedade vive suas tradições e como ela as transmite para

as gerações futuras, seus valores e conhecimentos em diversos tipos de instituições sociais, como a culinária, a habitação, a transformação do espaço, o trabalho, a linguagem, a religião; e nessa se encontram os ritos e os mitos.

Os estudiosos das culturas, especialmente no século XIX – antropólogos, etnólogos, sociólogos e pensadores de diversas outras áreas do saber –, foram influenciados pelas “filosofias da história” de caráter evolucionista, seja de matiz hegeliana, comteana ou mesmo marxista. O que isto significa? Que boa parte dos estudos sobre “modo de ser” das culturas não europeias procurava descrever uma linha evolutiva do desenvolvimento humano que permitiria classificar as culturas em diferentes estágios de evolução, baseados em um princípio considerado verdadeiro: a “cultura ocidental europeia” era o estágio mais avançado do gênero humano, e as outras culturas, portanto, encontravam-se em estágios inferiores dessa escala evolutiva.

Esses estudiosos das sociedades partiam do mesmo princípio do “arqueólogo”, pois acreditavam encontrar camadas arcaicas de sua própria cultura no modo de ser de outros povos. Dessa forma, consideravam que os povos europeus haviam evoluído, tinham uma história, e os outros povos haviam ficado estáticos no tempo, sem qualquer tipo de transformação, tal como as ruínas que se encontram de antigas sociedades.

Com a “descoberta” das Américas e de inúmeras nações africanas das quais não se tinha notícia

na Europa ocidental, filósofos como Giambattista Vico classificaram a evolução das sociedades em três estados: selvagens, bárbaros e civilizados. Comte, por sua vez, acredita que os três estágios são: o religioso, o metafísico e o científico ou positivo. Essa ideia era tão forte que Hegel dizia (e muitos outros, até hoje) que a África era um continente a-histórico, cujas sociedades não evoluíram no tempo. Inevitavelmente, essa postura conduz à concepção de que há culturas superiores, cujo domínio político-econômico sobre outras é autorizado justamente por serem mais evoluídas.

Mesmo os estudiosos que deram grande contribuição para estabelecer critérios de estudo da religião e da mitologia em geral estavam influenciados por este princípio. Referimo-nos a Carl Gustav Jung, que em sua obra *Vida Simbólica* relata o diálogo com um índio puebla que achava os americanos loucos por pensarem com a cabeça: para ele, os homens sadios pensam com o coração. Sobre essa afirmação Jung diz: “Esses índios se encontram exatamente na idade homérica, onde o diafragma (*phrén* = espírito, mente) era considerado a sede das atividades psíquicas” (JUNG, 2008, p. 28).

Contra essa concepção “evolucionista” das sociedades humanas surgiram várias críticas, sendo uma delas a do chamado “relativismo cultural”. Em linhas gerais, essa postura levaria à concepção de que, não havendo nenhuma forma de “evolução do gênero humano”, tornar-se-ia tarefa inútil

fazer qualquer comparação entre as diferentes sociedades, pois cada uma tem uma história em particular. Caberia ao etnólogo e ao antropólogo a descrição de uma cultura em particular, ou ainda, como em muitos casos da extrema especialização dessas ciências, a descrição de somente um aspecto de uma cultura em particular.

A postura do “relativismo cultural” trouxe bons frutos no que se refere à pesquisa em particular, porque ao invés de comparar as sociedades estudadas a partir de um parâmetro eurocêntrico, atentou mais para a descrição de detalhes das outras culturas; tratou de recolher tradições orais das histórias arcaicas; filmou, fotografou, registrou de todas as formas os hábitos e, principalmente, os rituais religiosos que seriam objeto de estudo. Por outro lado, desestimulou os estudos comparativos, especialmente a mitologia comparada, pois havia sempre o risco do preconceito cultural imperar sobre o discurso científico.

Acreditamos, porém, que é possível fazer estudos de aspectos semelhantes nas mais diversas culturas, sem necessariamente estabelecer uma escala hierárquica entre elas ao tomar uma como parâmetro. No caso deste nosso livro, a mitologia comparada tem por objetivo destacar o que há de semelhante em diversas culturas para refletirmos sobre o próprio modo de ser do homem no mundo.

Em vista disso, alguns estudiosos preferem não utilizar o termo *universal* em relação aos aspectos da cultura, porque implicaria na escolha de

uma cultura como padrão; dessa forma, propõem que o termo *pluriversal* seja utilizado, indicando a riqueza da diversidade cultural. Do nosso ponto de vista, essa proposta é interessante quando se trata de combater a visão eurocêntrica que domina boa parte do pensamento do público em geral e também dos estudiosos.

O risco da perspectiva de encontrar o universal no ser humano – a partir da mitologia comparada, como é o caso desta nossa obra – é tomar uma cultura, juntamente com seus valores, como referência do que é universal. Nosso princípio, porém, é outro: se há elementos comuns, semelhantes e, muitas vezes espantosamente iguais nas narrativas míticas de diversos povos, esse fato “universal” encontra sua maior força por ser *pluriversal*: algo que há de comum em diversas culturas sem necessariamente anular a singularidade de cada uma.

Dessa forma, embora não haja uma resposta sobre a semelhança entre a narrativa do mito da origem dos pima e a descrita na Bíblia ou na epopeia de Gilgamesh, é muito interessante observar essas semelhanças e, no mínimo, espantarnos com ela. Não se trata, portanto, de encontrar razões, mas de refletir a partir das semelhanças. Para tanto, recorramos à noção de *arquétipo*.

O arquétipo, em um primeiro sentido, refere-se aos elementos comuns que os pesquisadores das religiões comparadas identificaram nas diferentes manifestações do sagrado, nas narrativas

mitológicas etc. – nesse sentido, *universal*. Num segundo sentido, ou do ponto de vista interno de cada religião, podemos dizer que o termo arquétipo se refere às “verdades” estabelecidas pelos entes sobrenaturais que orientam os ritos, mesmo que não tenham paralelos em outras religiões – nesse sentido, *pluriversal*.

Tanto Carl Gustav Jung como Mircea Eliade utilizaram a concepção de arquétipo em suas obras. Para ambos o sentido *pluriversal* de arquétipo é importantíssimo. Podemos encontrar os elos entre o pensamento eliadiano e junguiano, pois ambos perceberam que determinados temas se repetiam nas mitologias de povos que não tiveram qualquer contato, e que, para Jung, o mesmo fenômeno se repetia em relação ao sonho que reproduzia imagens ou situações, cujo conteúdo o *sonhador* não poderia conhecer. Dessa forma, lembramo-nos até mesmo da prova da existência das “verdades eternas” de Santo Agostinho: o fato de pessoas que não se conheceram chegarem às mesmas verdades demonstra que elas não foram aprendidas “de fora para dentro”, mas “de dentro para fora”; portanto, foram postas no espírito no momento de sua criação.

As teorias se tocam no que se refere ao aspecto fenotípico dos arquétipos em Jung e no que se refere ao aspecto destacado anteriormente, isto é, que determinadas estruturas estão presentes em todas as mitologias e nos permitem empreender os estudos de mitologia comparada. Para Jung, a

linguagem simbólica da alquimia, dos mitos, dos contos de fada e dos sonhos remete a um mesmo paradigma, mas culturalmente é produzida em âmbitos diferentes. É assim que um sonhador do século XVI, por exemplo, sonha voar nas costas de uma águia, e um do século XXI, em um foguete. O conteúdo onírico pode ser o mesmo: o voo, a mudança de uma realidade para outra; mas a imagem utilizada pelo inconsciente para representar o mesmo conteúdo é cultural.

Eliade percebe que nas diferentes mitologias há elementos comuns – sacrifícios, proibições, rituais etc. –, o que permite comparar as religiões e perceber as tendências gerais do *homo religiosus*; contudo, as imagens ou situações podem ser diferentes em decorrência da história e da realidade cultural dos diferentes povos. A tarefa, ou uma das tarefas, do historiador das religiões, portanto, é conseguir elementos suficientes para poder estabelecer comparações entre as diferentes narrativas mitológicas e práticas rituais, de modo a perceber a unidade fundamental da experiência religiosa.

## **Conclusão**

Não há uma concepção definitiva do que é mito, e sim interpretações sobre o que significa. Por vezes essas interpretações são díspares, por outras, mais próximas. De todo modo, não se pode supor que mito seja isso ou aquilo; nenhuma cor-

rente teórica pode se arrogar o direito de ser a única a deter o real significado do mito.

Como nossa proposta é fazer um livro introdutório, escolhemos uma corrente teórica. Adotaremos, principalmente, os conceitos de Mircea Eliade, mas utilizaremos diversas fontes que podem ampliar o panorama teórico.

Por que essa escolha?

Em nossa opinião, as perspectivas como as de Mircea Eliade, Rudolf Otto e Joseph Campbell procuram compreender as narrativas míticas *do ponto de vista dos povos dos quais esses mitos se originam e pelos quais são vividos*. Outros estudiosos partiram de outra abordagem: compreender ou analisar as narrativas míticas do ponto de vista de quem os estuda. Em geral, essa segunda perspectiva leva a expressões como “povos primitivos”, “religião primitiva” e, evidentemente, afirma a supremacia cultural de determinadas experiências sobre outras, como se um povo fosse menos avançado culturalmente do que outro. Muitas vezes, esses intérpretes consideram que as narrativas míticas têm o mesmo estatuto das lendas, dos contos de fada, que são histórias inventadas com fins específicos – em geral, com o objetivo de dominação.

Evidentemente, temos de ter humildade para entender que não é mais possível compreender o mito na perspectiva de quem o vive: sempre há um limite, tanto para os povos que não mais existem, quanto para os povos atuais, e é preciso aceitar esses limites inerentes ao trabalho do estudioso dos mitos.

Em resumo, para alguns o mito é uma história inventada, ainda que se tenha perdido o conhecimento de seu autor ou de seus autores, e as narrativas míticas são um instrumento de dominação e doutrinação. Nossa perspectiva é diferente: estudaremos os mitos como uma história sagrada.

Abaixo, apresentamos um breve paralelo entre duas narrativas do dilúvio interessantes para observar o paralelismo das histórias.

## Dilúvios

Gênesis – dilúvio	Epopéia de Gilgamesh
Os homens se multiplicaram e, com eles, as suas maldades, e Deus arrependeu-se de ter criado todas as criaturas da terra.	O mundo estava muito barulhento e bagunçado por causa dos homens, e esse tumulto despertou Enlil.
Deus quer exterminar as criaturas e a terra.	Enlil se reúne com outros deuses e decide exterminar a raça humana.
Deus pede para Noé construir uma arca e lhe dá as referências.	Ea avisa Utnapishtim da decisão de Enlil por meio de um sonho e no próprio sonho o ensina como ele salvará sua vida, a de sua família e a dos animais ao utilizar sua casa para construir um barco.
Deus mandará o dilúvio, e Noé precisa embarcar um casal de cada criatura da terra, sua família e mantimentos.	Enlil mandará a tempestade, e Utnapishtim deve colocar no barco sua família e a semente de todas as criaturas vivas.
Noé tinha 600 anos quando choveu por 40 dias e 40 noites.	Choveu durante 6 dias e 6 noites.

Noé embarcou sua família e as criaturas da terra.

E veio o dilúvio; inundou a terra e exterminou todos os seres que nela respiravam; só foram salvas as criaturas que habitavam a arca.

Deus se lembrou de Noé e soprou um vento sobre a terra que fez com que as águas do dilúvio abaixassem.

No fim de 40 dias, Noé abriu a clabóia e soltou um corvo que, não encontrando lugar seco, retornava à arca.

Noé soltou uma pomba, que voltou para a arca por falta de terra firme; assim, Noé voltou para dentro da arca.

Depois de sete dias Noé soltou a pomba novamente, que retornou com um ramo verde; assim, soube que as águas estavam escoando e retornou para a arca.

Noé esperou mais sete dias e soltou a pomba, que não retornou; assim, soube que a terra já estava seca.

Deus ordenou a Noé que saísse da arca com sua família e com todos os animais, e pediu para que habitassem a terra e se multiplicassem.

Noé construiu um altar para Deus, que não amaldiçoaria mais a humanidade; e enquanto eles habitassem a terra, haveria plantio e colheita.

Após a tempestade, os seres vivos haviam sido exterminados, menos os seres que habitavam o barco.

No sétimo dia, a tempestade se abrandou, e o dilúvio serenou.

Utnapishtim, no sétimo dia, soltou uma pomba, mas, não encontrando lugar seco, retornou ao barco.

Utnapishtim soltou uma andorinha, mas, não encontrando lugar seco, retornou ao barco.

Utnapishtim soltou então um corvo, que comeu e não retornou; assim, soube que as águas haviam abaixado.

Utnapishtim desceu do barco e viu a terra seca.

Utnapishtim preparou um sacrifício em gratidão aos deuses.